



Ofício CONDSEF nº 166/2011.

Brasília-DF, 05 de julho de 2011.

À

Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS)

Att.: Elzira Maria do Espírito Santo – Coordenadora

Senhora Coordenadora,

A **Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal – CONDSEF**, Entidade Sindical de Grau Superior, representante dos Trabalhadores que mantém vínculo funcional com a Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional da esfera federal, bem como, de suas vinculadas, incluindo Empresas Públicas, com base territorial nacional e sede localizada no SCS – Edifício Wady Cecílio II – 6º andar – Brasília/DF, por seu Diretor Sr. **Sérgio Ronaldo da Silva**, servidor público federal, encontrável na sede da referida Entidade Sindical, vem à presença de Vossa Senhoria, em defesa dos direitos, interesses e garantias da Categoria representada, com fulcro no disposto em ditames **Constitucionais** (art. 8º - inciso III c/c art. 37 – inciso VI), **Legais e Estatutários**, requerer o que se segue:

Conforme o combinado na reunião que aconteceu no dia 16/06, entre a direção da CONDSEF, representantes do RH/Ministério da Saúde (Dr. Rafael Agnello, Rosa Marina e Danielle) e a representante da SESAI (Verbena Lúcia); ocasião em que foram relatados os problemas que estão acontecendo com os servidores da SESAI, tanto nas questões de estrutura quanto nas situações de condições de trabalho; estamos enviando em anexo, a pauta de reivindicação desses servidores, para que seja fruto de debate na próxima reunião da Mesa Setorial da Saúde.

Sem mais para o momento, antecipamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sérgio Ronaldo da Silva
Diretor/CONDSEF

Recebido em 05/07/11
Faturado
Maria de Fátima Andréia Cordeiro
Mat. SIAPE 650247

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO DOS TRABALHADORES DA SESAI

Propostas Nacionais da Política de Atenção à Saúde Indígena:

- Criação imediata da Gratificação Atividades na Saúde Indígena, incorporando a integralidade para a aposentadoria.
- Construção de uma agenda com o Ministério da Saúde para debater todas as questões referentes às condições de atenção a política de saúde indígena.
- Criação de um grupo de trabalho para discutir estrutura, Recursos Humanos e Tabela Salarial.
- A lotação dos servidores tem que ser pactuada com cada trabalhador, independente da pactuação, esta lotação não pode ser nos pólos-base que estão localizados dentro das aldeias, considerando as localizações dos mesmos.
- Que os trabalhadores da Funasa e Ministério da Saúde tenham prazo de um ano para optar em atuar na secretaria de Saúde Indígena.
- Realização de um seminário dos trabalhadores da Saúde Indígena.
- Regulamentação da carga horária para os trabalhadores da atenção à saúde indígena deve ser a mesma dos trabalhadores do serviço público federal. Se houver necessidade de sobreaviso, horas extras, plantões devem ser regulamentados.
- Criação de normas para os usuários e trabalhadores da atenção à saúde indígena, que contribuam para a diminuição das práticas de maus tratos, violência física e assédio moral de trabalhadores.
- Pagamento das diárias antecipadas, e não como acontece hoje, quando o servidor recebe com até cinco meses de atraso.
- Implementação imediata de um amplo programa de capacitação para os trabalhadores da atenção à saúde indígena.
- Criação de uma política de Recursos Humanos que atenda as especificidades regionais com estrutura necessária e equipe com capacitação continuada na busca de uma prestação de serviço qualificado aos servidores, onde não existir os DSEIs, que seja criado uma estrutura dos mesmos para cuidar dos RHs.
- Criação de um módulo específico de capacitação (introdutório) para novos servidores e trabalhadores da Saúde Indígena.
- Inserção dos profissionais de Saúde Indígena na Política de Educação Permanente do SUS.
- Que na avaliação de desempenho seja realizada pelo servidor do Ministério da Saúde.

- Democratização das discussões sobre metas, planejamento estratégico, normas institucionais. Atualmente este espaço de discussão é com os terceirizados e não com servidores do quadro.
- Democratização das informações da SESAI/MS, com os trabalhadores de ponta e a criação de uma estrutura que cuide diretamente do fluxo de informações entre a SESAI e os DSEIs.
- Que seja garantido o pagamento de diárias aos trabalhadores em atividades da SESAI e o pagamento da sua retroatividade.
- Pagamento imediato do adicional de insalubridade aos trabalhadores da Saúde Indígena que fazem jus.
- Pagamento de adicional noturno para quem tem direito.
- Pagamento imediato de todas as diárias atrasados, e pagamento antes que o servidor se desloque a trabalho.
- Alocação imediata dos recursos financeiros necessários para solucionar os problemas da Saúde Indígena (diárias, medicamentos, etc.)
- Pagamento da GACEN a todos que atuam na área Indígena, sem distinção de cargos, cumulativa com a diária, que atuam no controle e combate a endemias.
- Criação do DSEI no Rio Grande do Sul e demais estados onde não existe.
- Criação do Núcleo de Vigilância Ambiental de Controle de Endemias e Zoonoses na SESAI e DSEIs.
- Ampliação da rede de CASAI no país e reestruturação das já existentes.
- Que a SESAI reconheça na sua estrutura (organograma) os Postos de Saúde Indígena, uma vez que se trata de uma secretaria voltada para a atenção primária (básica) à Saúde.
- Garantia aos trabalhadores estrutura para atender a população indígena: viaturas, ambulância e recursos para a manutenção dos mesmos.
- Discussão da contratação emergencial no Ministério da Saúde: contratação dos profissionais de Redentora e Tenente Portela.
- Que em todos os pólos tenham um farmacêutico para ser o responsável pela guarda e dispensação de medicamentos para as comunidades indígenas
- Concurso público para todos os cargos, garantindo cota para a população indígena. Fim do trabalho temporário e das terceirizações.